AGUARDE



CONCURSO PÚBLICO

Edital n. 01/2007 - ALMG

CONSULTOR LEGISLATIVO

Áreas I a VII Códigos: 214 a 220

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

Este caderno contém a Prova Objetiva de Noções de Direito.

Use como rascunho a **Folha de Respostas** reproduzida no final deste caderno.

Ao receber a Folha de Respostas:

A B C D

02

03 🔲 🔲 🚾 🔲

04 🔲 🔲 📟

- confira seu nome, número de inscrição e cargo de opção;
- assine, A TINTA, no espaço próprio indicado.

Ao transferir as respostas para a Folha de Respostas:

- · use apenas caneta esferográfica azul ou preta;
- preencha, sem forçar o papel, toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão;
- assinale somente uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.

NÃO DEIXE NENHUMA QUESTÃO SEM RESPOSTA.

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada. CUIDE BEM DELA, ELA É A SUA PROVA.

No período estabelecido para a realização da **prova**, está incluído o tempo necessário à transcrição das respostas do rascunho para a **Folha de Respostas**.

ATENÇÃO: Nos termos do Edital n. 01/2007-ALMG, "Será eliminado do concurso o candidato que [...] portar arma no local de realização das provas [...] portar ou fizer uso de quaisquer equipamentos eletrônicos e/ou instrumentos de comunicação [...] celular [...] ou outros similares [...]." (subitem 8.2, alíneas "f" e "g").

DURAÇÃO TOTAL DA PROVA: QUATRO HORAS



ATENÇÃO

Senhor(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno contém, ao todo, 60 (sessenta) questões de múltipla escolha de Noções de Direito —, cada uma constituída de 4 (quatro) alternativas, das quais apenas uma responde corretamente ao que é solicitado em cada questão.

Havendo algum problema, informe-o *imediatamente* ao Aplicador de Provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso V.Sa. não observe essa recomendação, *não lhe* caberá qualquer reclamação ou recurso posteriores.

Questão 01

Alegando imperativo de consciência decorrente de crença religiosa, João Serafim, brasileiro nato, deixa de prestar o serviço militar obrigatório, recusando-se, igualmente, a prestar serviço alternativo.

Nessa hipótese, é CORRETO afirmar que João Serafim

- A) não poderá sofrer qualquer sanção do Estado, tendo em vista seu direito fundamental de liberdade religiosa.
- B) poderá perder a nacionalidade brasileira.
- C) poderá ser privado de seus direitos sociais.
- D) poderá ser privado de seus direitos políticos.

Questão 02

Considere que Yoshi Nishyma é brasileiro naturalizado.

Nessa condição, é INCORRETO afirmar que Yoshi Nishyma

- A) não poderá ocupar o cargo de Ministro das Relações Exteriores.
- B) não poderá ocupar o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- C) poderá se eleger Senador.
- D) poderá ser militar, embora lhe seja vedado ocupar cargo de oficial das Forças Armadas.

Questão 03

Considerando a sistemática constitucional brasileira sobre a matéria, é **Constitucional** que os direitos fundamentais

- A) não se aplicam ao estrangeiro não residente no Brasil.
- B) nem sempre estão contidos em normas de eficácia plena.
- C) são, por natureza, ilimitados no conteúdo e na abrangência.
- D) sendo privativos de pessoas naturais, não se aplicam às pessoas jurídicas

Sobre o direito fundamental à inviolabilidade do domicílio, é CORRETO afirmar que

- A) a quebra da inviolabilidade domiciliar durante o dia restringe-se às hipóteses de flagrante delito, desastre ou prestação de socorro.
- B) a quebra da inviolabilidade durante a noite só pode ocorrer por determinação judicial, já que a proteção constitucionalmente dispensada ao direito é maior naquele período.
- C) Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) não tem competência de, por autoridade própria, quebrar a inviolabilidade de domicílio.
- D) no sentido empregado na Constituição, o termo domicílio abrange apenas a residência ou a habitação com intenção definitiva de estabelecimento.

Questão 05

A convocação de sessão extraordinária da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais poderá ser feita

- A) pelo Governador do Estado, em caso de urgência ou de interesse público relevante.
- B) pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado, quando ocorrer intervenção da União no Estado.
- C) por seu Presidente, a requerimento do Colégio de Líderes.
- D) por seu Presidente, a requerimento de um terço dos seus membros.

Questão 06

Tem-se como Constituição dogmática aquela

- A) cujas normas não constam de um documento único e solene, baseando-se principalmente em convenções, costumes e jurisprudência.
- B) que é elaborada por um órgão constituinte e se apresenta como produto escrito e sistematizado dos princípios e idéias fundamentais da teoria política prevalentes no momento de sua elaboração.
- C) que só se altera por processos solenes e exigências formais especiais, mais rigorosas e difíceis de serem preenchidas do que aquelas do processo legislativo ordinário.
- D) que não tem origem popular, sendo elaborada e estabelecida sem a participação do povo.

Questão 07

Sobre a história político-constitucional do Brasil, é INCORRETO afirmar que

- A) a Constituição do Império reservava ao Imperador a titularidade e o exercício do Poder Moderador e, igualmente, a Chefia do Poder Executivo.
- B) a Constituição de 1937, voltada para o fortalecimento do Poder Executivo, rompeu com o bicameralismo rígido, atribuindo o exercício do Poder Legislativo apenas à Câmara dos Deputados, da qual o Senado passou a ser mero órgão de colaboração.
- C) durante a vigência da Constituição de 1946, foi adotado, mediante alteração daquela Lei fundamental, o sistema parlamentarista de governo.
- D) na Constituição de 1891, adotou-se como forma de governo a república e, como forma de Estado, a Federação.

Questão 08

Determina o princípio do juiz natural que

- A) a possibilidade de que a sentença seja reapreciada por outro órgão de jurisdição de hierarquia superior à daquele que a proferiu deve estar sempre presente no exercício da função jurisdicional.
- B) ao indivíduo é assegurada uma parte do bem comum distribuído proporcionalmente ao seu valor como membro do corpo social e à posição que ocupa na sociedade.
- C) o juiz deve se colocar entre as partes de maneira eqüidistante, dando a elas as mesmas possibilidades de demonstração do direito e, naturalmente, submetendo-as às mesmas solenidades do processo.
- D) só é juiz o órgão constitucional investido de função judicial, não se admitindo o tribunal de exceção ou a constituição de juízes para julgamento de casos específicos.

Questão 09

Considere uma lei estadual que trata de propaganda comercial.

Na hipótese, é CORRETO afirmar que a referida lei

- A) é constitucional, já que trata de matéria de competência comum.
- B) é constitucional, já que trata de matéria de competência concorrente.
- C) é necessariamente inconstitucional uma vez que é da União a competência exclusiva sobre a matéria.
- D) pode ser constitucional se tratar de questões específicas sobre a matéria, mediante autorização da União.

Sobre a organização do Poder Legislativo federal, é INCORRETO afirmar que

- A) nenhum dos Estados da Federação nem o Distrito Federal poderão ter menos de oito ou mais de 70 Deputados.
- B) o número total de Deputados é fixado por lei complementar.
- C) o Território não elege representantes para o Congresso Nacional.
- D) os Estados e o Distrito Federal elegem, cada qual, três Senadores.

Questão 11

Considere a seguinte situação.

É publicado ato de convocação de sessão conjunta da Câmara de Deputados e do Senado Federal, para a elaboração do Regimento Comum.

Sobre a hipótese, é CORRETO afirmar que a convocação

- A) é imprópria, pois não há um Regimento Comum e, sim, os Regimentos de cada Casa.
- B) é imprópria, porque a elaboração do Regimento Comum é de competência da Comissão Representativa do Congresso Nacional.
- C) está correta, sendo que a Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado.
- D) estará correta, desde que tenha sido feita por ato do Presidente da República.

Questão 12

Australiano de origem, Henry Porsche naturaliza-se brasileiro e, posteriormente, fixa residência em país estrangeiro, cuja nacionalidade é obrigado a adquirir como condição para ali permanecer.

Nessa hipótese, é CORRETO afirmar que

- A) manterá a nacionalidade brasileira.
- B) poderá manter a nacionalidade brasileira, desde que tenha cônjuge ou filhos brasileiros natos.
- C) perdeu a nacionalidade brasileira desde que fixou residência no país estrangeiro.
- D) terá cancelada sua naturalização em razão da aquisição posterior de outra nacionalidade.

Questão 13

A competência para o julgamento nos crimes comuns de (1) Ministro de Estado e (2) Governador de Estado é

- A) do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, respectivamente.
- B) do Superior Tribunal de Justiça.
- C) do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
- D) do Supremo Tribunal Federal.

Questão 14

Suponha que tenha sido admitida acusação contra o Presidente da República por crime de responsabilidade.

Nessa hipótese e consideradas as regras constitucionais sobre a matéria, é *CORRETO* afirmar

- A) que, com a publicação do ato de admissão de acusação, o Presidente ficará automaticamente suspenso de suas funções.
- B) que o julgamento será de competência do Supremo Tribunal Federal, exigido para a condenação o voto de, pelo menos, oito Ministros.
- C) que o ato de admissão da acusação insere-se na competência do Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- D) que, uma vez suspenso de suas funções e decorrido o prazo de 180 dias sem conclusão do julgamento, o Presidente retomará o exercício do cargo.

Questão 15

Segundo o que dispõe a constituição sobre o Conselho Nacional de Justiça, é *CORRETO* afirmar que

- A) é competente para propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.
- B) é presidido pelo Ministro que exerça a Presidência do Supremo Tribunal Federal.
- C) integra a estrutura do Poder Judiciário na condição de órgão do Supremo Tribunal Federal.
- D) tem competência para rever de ofício ou por provocação processo disciplinar de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.

Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal caberá

- A) ação direta de inconstitucionalidade ao Supremo Tribunal Federal.
- B) argüição de descumprimento de preceito fundamental.
- C) reclamação ao Supremo Tribunal Federal.
- D) recurso de revisão junto ao Conselho Nacional de Justiça.

Questão 17

Autoridade Administrativa, com competência para a prática do ato, recusa-se ilegal e imotivadamente a fornecer certidão de tempo de serviço requerida por servidor público para fins de aposentadoria.

Cabe contra esse ato de recusa:

- A) ação civil pública.
- B) ação popular.
- C) mandado de injunção.
- D) mandado de segurança.

Questão 18

Sobre o Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, é CORRETO afirmar que

- A) ao Poder Judiciário é assegurada autonomia política e financeira.
- B) não há necessidade de lei para definição da competência e da composição dos juizados especiais.
- C) o juiz de paz é eleito pelo voto direto, universal e secreto.
- D) o juiz titular residirá na respectiva comarca ou em comarca contígua àquela.

Questão 19

Na competência privativa do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais de exercer a iniciativa de lei, **NÃO** se inclui a matéria referente a

- A) alteração do número de membros daquele Tribunal.
- B) criação e extinção de cargo e fixação de vencimentos dos membros daquele Tribunal.
- C) Regimento Interno e organização da Secretaria daquele Tribunal.
- D) revisão da organização e da divisão judiciárias do Estado.

Questão 20

NÃO compete ao Tribunal de Justiça do Estado processar e julgar originalmente, no crimes comuns, o

- A) Advogado Geral do Estado.
- B) Defensor Público Geral da Defensoria Pública do Estado.
- C) Procurador-Geral de Justiça do Estado.
- D) Vice-Governador do Estado.

Questão 21

Considerando o que dispõe a Constituição do Estado de Minas Gerais sobre o regime jurídico aplicável ao Deputado estadual, é *CORRETO* afirmar

- A) que, desde a posse, o Deputado será submetido a julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado.
- B) que, durante o mandato, o Deputado não poderá ser obrigado a testemunhar em juízo ou perante autoridade policial.
- C) que não cabe, individualmente, ao Deputado a iniciativa de lei complementar.
- D) que o Deputado investido no cargo de Secretário de Estado poderá optar pela remuneração do mandato.

Questão 22

NÃO é competência privativa do Governador do Estado de Minas Gerais:

- A) decretar intervenção no Município e nomear Interventor.
- B) extinguir cargo público desnecessário mesmo que ocupado por servidor estável, hipótese em que o ocupante será colocado em disponibilidade.
- C) iniciar o processo legislativo na hipótese de criação de cargo ou função pública da administração direta ou indireta e fixação de respectiva remuneração.
- D) vetar proposição de lei total ou parcialmente.

Considere a seguinte situação.

Tício Mineiro foi nomeado pelo Governador do Estado de Minas Gerais e tomou posse no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Sobre a hipótese, é INCORRETO afirmar que

- A) a nomeação de Tício foi submetida à aprovação da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.
- B) a Tício é vedado dedicar-se a atividade político-partidária.
- C) Tício tem mais de 35 anos.
- D) Tício necessariamente exerceu o cargo de Auditor ou de membro do Ministério Público junto do Tribunal de Contas do Estado.

Questão 24

No que se refere à relação entre o Tribunal de Contas do Estado e a Assembléia Legislativa, no âmbito do Estado de Minas Gerais, é *INCORRETO* afirmar que

- A) caberá ao Tribunal de Contas por iniciativa de seu Presidente submeter à Assembléia projeto de lei que disponha sobre a organização da Secretaria e o Regimento Interno daquela Corte.
- B) compete à Comissão da Assembléia solicitar informações ao Tribunal de Contas sobre resultado de auditoria e inspeção realizadas em órgão de qualquer dos Poderes do Estado ou em entidade da administração indireta.
- C) deverá o Tribunal prestar contas à Assembléia.
- D) deverá o tribunal, trimestral e anualmente, encaminhar à Assembléia relatório de suas atividades.

Questão 25

NÃO constitui hipótese de convocação extraordinária do Congresso Nacional:

- A) adoção, pelo Presidente da República, de Medida Provisória.
- B) decretação de estado de defesa.
- C) compromisso de posse do Presidente e do Vice-Presidente da República.
- D) pedido de autorização para a decretação de estado de sítio.

Questão 26

Sobre as imunidades parlamentares, é INCORRETO afirmar que

- A) a imunidade formal impede que o congressista sofra qualquer tipo de prisão, salvo no caso de flagrante por crime inafiançável.
- B) a imunidade formal dá à Casa Legislativa o poder de sustar o andamento de ação proposta contra membro seu por crime praticado desde o lançamento da respectiva candidatura até o término do mandato.
- C) a imunidade material do congressista é também deferida ao Deputado estadual.
- D) a imunidade material tem eficácia temporal permanente e absoluta.

Questão 27

Considere que foi aprovada nova Emenda à Constituição do Estado de Minas Gerais.

Sobre a hipótese, é CORRETO afirmar que

- A) a Emenda não pode incidir sobre o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- B) a Emenda será promulgada pelo Governador do Estado.
- C) a proposta de emenda terá sido votada em turno único.
- D) a proposta de emenda pode ter sido de autoria do Governador do Estado.

Questão 28

Considere a seguinte situação.

Na condição de parte de processo que tramita perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Gastão de Alcântara entende que uma determinada decisão de uma das Câmaras daquela Corte fere um seu direito líquido e certo, razão por que pretende impetrar mandado de segurança.

Na hipótese, é *CORRETO* afirmar que

- A) Gastão não terá chance de êxito, porque não cabe mandado de segurança contra ato judicial.
- B) o processamento e julgamento do mandado de segurança serão de competência do Superior Tribunal de Justiça.
- C) o processamento e julgamento do mandado de segurança serão de competência do Supremo Tribunal Federal.
- D) o processamento e julgamento do mandado de segurança serão de competência do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Pretendendo exclusivamente ajudar um grande amigo que se encontra em séria situação financeira e não consegue vender um terreno de sua propriedade localizado no Município X, o Prefeito daquela cidade declara a desapropriação do referido imóvel para alegados fins de utilidade pública.

É CORRETO afirmar que, na hipótese, o ato administrativo apresenta vício de

- A) competência.
- B) finalidade.
- C) forma.
- D) objeto.

Questão 30

A pessoa jurídica integrante da administração pública indireta cuja área de atuação deve ser definida em lei complementar é

- A) a autarquia.
- B) a agência reguladora.
- C) a fundação.
- D) o Serviço Social autônomo.

Questão 31

Sobre as modalidades de licitação, é CORRETO afirmar que

- A) a escolha da tomada de preços como modalidade licitatória se dá em função do valor estimado da contratação.
- B) a licitação para a contratação de serviços técnicos profissionais especializado deve dar-se preferencialmente pela modalidade de concorrência.
- C) não é admitida a venda de bens públicos imóveis mediante leilão.
- D) não há possibilidade de realização de convite com menos de três licitantes.

Questão 32

Considerando que a Administração Pública do Estado de Minas Gerais se reparte em Direta e Indireta, assinale a alternativa que contém integrantes dessas duas divisões.

- A) A Governadoria do Estado e a Advocacia Geral do Estado
- B) A Secretaria de Estado da Educação e uma unidade escolar que se constitui em órgão integrante daquela Secretaria
- C) A Secretaria de Estado da Fazenda e uma autarquia de previdência do servidor público
- D) Uma fundação pública e uma associação privada qualificada como organização social

Questão 33

Em face das grandes dimensões territoriais do Município X, seu Prefeito promove licitação para a escolha de empresa privada que, por contrato de concessão, venha a prestar o serviço de saneamento em um determinado distrito.

Nesses moldes, tem-se caracterizado o uso da técnica de

- A) descentralização por colaboração.
- B) descentralização territorial.
- C) desconcentração administrativa.
- D) desconcentração política.

Questão 34

O imóvel pertencente ao Estado em que funciona um hospital público é *corretamente* classificado como bem público

- A) desafetado.
- B) de uso comum do povo.
- C) de uso especial.
- D) dominical.

Considere a situação descrita abaixo.

José da Paixão questiona a validade de um determinado ato administrativo, apontando no mesmo a existência de vício. O ato, todavia, será mantido com surtimento de efeitos até que venha, se for o caso, a ser declarada sua nulidade.

A circunstância tem como fundamento o seguinte atributo presente nos atos administrativos:

- A) auto-executoriedade.
- B) imperatividade.
- C) presunção de legitimidade e veracidade.
- D) tipicidade.

Questão 36

As reuniões preparatórias da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais ocorrem

- A) especificamente para a organização da solenidade de posse do Governador e do Vice-Governador do Estado.
- B) no início de cada Legislatura.
- C) no início de cada sessão legislativa.
- D) para a instauração de processo por crime de responsabilidade imputado ao Governador do Estado.

Questão 37

Sobre a invalidação do ato administrativo, é *CORRETO* afirmar

- A) que a anulação pode ser promovida tanto pela Administração Pública quanto pelo Poder Judiciário.
- B) que a revogação do ato administrativo pode ser determinada pelo Poder Judiciário.
- C) que a revogação não respeita os efeitos já produzidos pelo ato.
- D) que, na hipótese de anulação, mantêm-se válidos os efeitos do ato gerador até o momento da invalidação.

Questão 38

Considere a seguinte situação.

O Diretor-Geral da Secretaria de uma Assembléia Legislativa impõe a pena de multa a uma empresa contratada por aquela Casa Legislativa, em face de execução defeituosa do objeto do contrato.

Na hipótese, é *CORRETO* afirmar que o ato do Diretor-Geral

- A) se dá mediante uso do poder administrativo de polícia.
- B) constitui manifestação de poder administrativo disciplinar.
- C) não resulta do uso de poder administrativo.
- D) traduz manifestação de poder regulamentar.

Questão 39

Nem sempre se impõe como requisito da alienação de bem público:

- A) a avaliação prévia.
- B) a existência de interesse público.
- C) a licitação.
- D) a motivação do ato.

Questão 40

Segundo o que dispõe a lei sobre a matéria, é *CORRETO* afirmar que a locação de um imóvel particular pela Administração Pública

- A) poderá ser feita mediante configuração de dispensa de licitação.
- B) poderá ser feita com caracterização de situação de inexigibilidade de licitação.
- C) poderá ser feita mediante reconhecimento de situação de licitação dispensada.
- D) jamais poderá ser feita.

Quanto ao federalismo adotado no Brasil, é CORRETO afirmar que

- A) a União é composta pelo conjunto das entidades federativas, equivalendo, conceitualmente, ao Estado Federal.
- B) a autonomia dos Estados-membros, assim como a dos Municípios, configura-se pela tríplice capacidade de auto-organização e normatização próprias, autogoverno e autoadministração.
- C) o princípio da indissolubilidade do vínculo federativo impede a modificação da divisão político-administrativa interna da Federação brasileira.
- D) trata-se do regime de governo adotado no Brasil desde a Constituição de 1891.

Questão 42

Considere a seguinte situação.

Fora do horário de serviço e para fins exclusivamente particulares, servidor público estatutário utiliza-se de veículo público e, guiando alcoolizado, envolve-se em acidente que causa a morte de outro motorista.

Na hipótese, o servidor poderá responder

- A) administrativa e civilmente, apenas.
- B) administrativa, civil e penalmente.
- C) civil e penalmente, apenas.
- D) penalmente, apenas.

Questão 43

Considere a seguinte notícia divulgada pelos meios de comunicação.

Em 12/02/08, tomou posse, em Recife, como Superintendente da SUDENE, o Engenheiro Paulo Fontana. A autarquia que foi recriada em 2002, após ser extinta no governo Fernando Henrique Cardoso, é ligada ao Ministério da Integração Nacional.

Sobre a entidade a que se refere o texto, é INCORRETO afirmar que

- A) integra a administração indireta.
- B) possui patrimônio próprio, sendo impenhoráveis os seus bens.
- C) se submete hierarquicamente ao Ministério ao qual se vincula.
- D) se submete aos princípios da obrigatoriedade da licitação e de concurso público.

Questão 44

NÃO constitui proposição do processo legislativo no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais

- A) a proposta de emenda à Constituição.
- B) o projeto de decreto legislativo.
- C) o projeto de lei complementar.
- D) o projeto de resolução.

Questão 45

Trata-se de modalidade de licitação cuja escolha pela Administração Pública dá-se em função do valor estimado da contratação

- A) o concurso.
- B) o convite.
- C) o leilão.
- D) o pregão.

Questão 46

O princípio específico da licitação pública, segundo o qual a Administração Pública não pode, encerrado o procedimento licitatório, atribuir o objeto da licitação a outra pessoa que não o vencedor do certame, é denominado princípio do(a)

- A) adjudicação compulsória.
- B) julgamento objetivo.
- C) procedimento formal.
- D) vinculação ao edital.

Questão 47

Sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, é *CORRETO* afirmar que ela

- A) pode declarar a perda de mandato no caso de perda dos direitos políticos de Deputado Estadual que a integre.
- B) pode, por deliberação de seus membros, deslocar-se das dependências da Assembléia Legislativa para tomar depoimento de indiciado ou testemunha.
- C) tem poderes de investigação e julgamento próprios das autoridades judiciárias, além de outros previstos no Regimento Interno.
- D) tem prazo de 120 (cento e vinte) dias passível de prorrogação por igual período.

Considere a seguinte situação.

Em viagem de serviço, o veículo de uma sociedade de economia mista federal, conduzido por motorista empregado daquela entidade, colide com veículo particular acarretando prejuízos.

Sobre a hipótese, é *CORRETO* afirmar que

- A) a culpa ou dolo do motorista exclui o dever de indenizar da sociedade de economia mista.
- B) a responsabilidade civil da pessoa jurídica pode ser afastada diante de força maior.
- C) a natureza celetista do vínculo mantido entre o motorista e a sociedade de economia mista impede a aplicação da responsabilidade civil objetiva.
- D) não se aplica a responsabilidade civil objetiva por se tratar de pessoa jurídica disciplinada pelo direito privado.

Questão 49

Segundo o que dispõe a Constituição do Estado sobre processo legislativo, NÃO tem iniciativa de lei ordinária ou complementar:

- A) Comissão da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.
- B) o Advogado-Geral do Estado.
- C) o Deputado Estadual que componha a Mesa da Assembléia.
- D) o Procurador-Geral de Justiça do Estado.

Questão 50

Segundo o que dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, é *CORRETO* afirmar, sobre a Comissão de Representação, que

- A) é constituída unicamente de ofício pelo Presidente da Assembléia.
- B) é presidida pelo Presidente da Assembléia Legislativa.
- C) funciona apenas durante o recesso parlamentar.
- D) não admite suplência.

Questão 51

Sobre a organização administrativa do Estado de Minas Gerais, assinale a afirmativa *INCORRETA*.

- A) É facultado ao Estado criar órgão autônomo, assim entendido, aquele que goza de autonomia administrativa e financeira.
- B) É, constitucionalmente, vedada a alienação de ações que garantam, nas empresas públicas e sociedades de economia mista, o controle do Estado.
- C) É vedada a delegação de poderes pelo Poder Legislativo ao Executivo para criação, extinção ou transformação de entidade da administração indireta deste.
- D) Podem ser as autarquias componentes da administração indireta de serviço ou territoriais.

Questão 52

Há uma modalidade licitatória na qual, em regra, o interessado deverá apresentar trabalho artístico ou técnico já devidamente executado. Difere, pois, nesse ponto, a referida modalidade das demais, em que, também como regra geral, o vencedor será contratado para executar a prestação desejada pelo poder público após a licitação.

A modalidade de licitação cuja característica distintiva é apontada pelo texto é

- A) a concorrência.
- B) o concurso.
- C) o leilão.
- D) o registro de preços.

Questão 53

NÃO se inclui na competência privativa da Assembléia Legislativa a de processar e julgar, nos crimes de responsabilidade, o

- A) Advogado-Geral do Estado.
- B) Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.
- C) Governador do Estado.
- D) Procurador-Geral de Justica do Estado.

Considerando o tratamento constitucional dispensado ao membro da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, é *CORRETO* afirmar que o Deputado Estadual

- A) é inviolável civil e penalmente por quaisquer atos, omissões, opiniões, palavras e votos.
- B) não pode perder ou ter suspensos os direitos políticos enquanto exercer o mandato.
- C) não pode ser preso em flagrante mesmo no caso de crime inafiançável.
- D) pode se licenciar para tratar de interesse particular sem perda do mandato.

Questão 55

Sobre a iniciativa popular, no âmbito do Estado de Minas Gerais, é *CORRETO* afirmar que

- A) a idoneidade das assinaturas dos eleitores que subscrevem o projeto de lei será de responsabilidade do eleitor que encabeçar a lista.
- B) não é admitida em hipótese de projeto de lei que importe aumento de despesa pública.
- C) o projeto de lei deve ser subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado do Estado.
- D) o projeto de lei não poderá versar, entre outros temas, sobre organização do Poder Judiciário.

Questão 56

Considere a seguinte situação.

Na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, duas comissões permanentes reúnem-se conjuntamente, sendo que da reunião participa o Deputado X, que é membro efetivo de ambas.

Sobre a hipótese, é CORRETO afirmar que

- A) a circunstância descrita não é juridicamente possível, já que um Deputado não pode ser membro efetivo de mais de uma comissão permanente.
- B) a presidência da reunião caberá, necessariamente, ao Deputado X.
- C) o Deputado X só poderá participar da reunião como membro de uma das comissões, devendo ser convocado um deputado que seja suplente da outra.
- D) o Deputado X terá, na reunião, sua presença contada em dobro e direito a voto cumulativo.

Questão 57

Constitui característica comum às autarquias e fundações públicas o fato de ambas

- A) constituírem-se de um patrimônio personificado sujeito a regime jurídico público ou privado.
- B) constituírem-se por atos do Poder Executivo devidamente transcritos no Registro Público, mediante lei autorizadora.
- C) serem órgãos da estrutura da entidade governamental que as institui e controla.
- D) se sujeitarem ao controle administrativo ou tutela, por parte da Administração Pública Direta.

Questão 58

Considerando-se como composição total da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais o número de 77 Deputados, tem-se como *quorum* de maioria absoluta e de 1/3 dos membros daquela casa, respectivamente, os seguintes números de Deputados.

- A) 36 e 25
- B) 36 e 26
- C) 38 e 28
- D) 39 e 26

Questão 59

É *CORRETO* afirmar que, tal como prevista na legislação federal, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

- A) compõe a administração indireta do ente governamental a que se vincula.
- B) é constituída como autarquia, mediante lei específica.
- C) pode ter finalidade lucrativa.
- D) tem natureza jurídica de direito privado.

Um Deputado à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais apresenta projeto de lei contendo matéria semelhante a outra considerada inconstitucional pelo Plenário.

Nessa hipótese, é CORRETO afirmar que a proposição

- A) deverá ser discutida e votada com preferência e destaque.
- B) deverá ser retirada por requerimento da Mesa da Assembléia ou do próprio autor.
- C) não deverá ser recebida pelo Presidente da Assembléia.
- D) será submetida a decisão preliminar e terminativa de comissão especial instituída para esse fim.

FOLHA DE RESPOSTAS (RASCUNHO)

01	A B C D	21 B C D	41	
		22 A B C D	42	
04		A B C D	44	A B C D
05		25 A B C D	45	4 B C D
06	A B C D	26 A B C D	46	
		27 A B C D	47	$\begin{array}{cccccccccccccccccccccccccccccccccccc$
	A B C D	28 A B C D		
	A B C D	29 A B C D		A B C D
10	A B C D	30 A B C D	50	A B C D
	A B C D	31 A B C D	51	A B C D
	A B C D	32 A B C D		A B C D
		33 A B C D		A B C D
14	A B C D	34 A B C D		A B C D
		35 A B C D	55	A B C D
16	A B C D	36 A B C D	56	A R C D
	A B C D	37 A B C D	57	A B C D
	A B C D	38 A B C D		A B C D
	A B C D	39 A B C D	59	
20	A B C D	40 A B C D	60	A B C D

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.